

CENTRO E CENTRALIDADE EM CIDADES MÉDIAS

Autor: Victor Hugo Quissi Cordeiro da Silva

Filiação institucional: Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente

E-mail: victorqcs123@hotmail.com

Resumo

Este artigo discute o centro e a centralidade intraurbana nas cidades médias de Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Chapecó e Ituiutaba. Debates brevemente fatores de ocorrência de áreas centrais, trazendo à tona o elemento técnico e suas transformações, condicionando a constituição da centralidade intraurbana. Neste ponto, os conceitos de Cidades Bocas de Sertão, Cidades Ponta de Trilhos e Cidades Ferroviárias são destacados. Na sequência, apresentamos a descentralização e formação de novas áreas centrais, respectivamente processo socioespacial e forma espaciais que marcam as cidades médias no período mais recente, colando em relevo os conceitos de multicentralidade e policentralidade, bem como as diferentes expressões da centralidade urbana. Nas cidades analisadas neste artigo destacou-se o papel dos *shopping centers* na redefinição da centralidade intraurbana. Complementando a análise, trouxemos a debate em torno das relações entre as áreas centrais da cidade, marcadas pela hierarquia, concorrência, complementariedade e coocorrência. Defendendo a ideia de que nas cidades médias podem existir relações hierárquicas e não hierárquicas entre áreas centrais.

Palavras-chave: Centralidade intraurbana. Descentralização. Novas áreas centrais. Relações não hierárquicas. Cidades médias.

GT – 2: Cidades médias e reestruturação urbana: tendências empíricas e desafios teóricos

INTRODUÇÃO

A redefinição da centralidade intraurbana em cidades médias pode ser considerada como uma das transformações mais importantes pelo qual passam essas cidades, contribuindo para processos de reestruturação da cidade. Neste texto apresentamos uma revisão bibliográfica acerca do tema, destacando os processos socioespaciais e formas espaciais que mais compareceram em nossa pesquisa. Além disso, exibimos os resultados de pesquisa empreendida nas cidades de Presidente Prudente – SP, Ribeirão Preto – SP, Chapecó – SC e Ituiutaba – MG.

Privilegiamos a análise de processos e formas espaciais, mais claramente perceptível na primeira e segunda sessões, respectivamente intituladas: centralização e área central e descentralização e novas áreas centrais. Em função das limitações deste artigo destacamos a dimensão econômica dos processos socioespaciais, relacionados a formação e reconfiguração da centralidade intraurbana.

Os conceitos de centro e centralidade são apresentados enquanto um par que se relaciona de forma dialética. Destacamos que não podemos confundi-los, reduzindo um ao outro, mas

também não podemos compreendê-los separadamente. Segundo Sposito (2013) o centro é uma localização que ancora a constituição de centralidade e, por outro lado, a centralidade expressa e representa aquilo que é central, perceptível pelos fluxos que emanam e convergem para um determinado centro. O processo de constituição do núcleo primaz em cidades médias é discutido a partir de Maia (2017a, 2017b, 2017c) e relacionado com a formação do centro da cidade.

Sposito (2001) discute o processo de descentralização associando-o ao de recentralização, demonstrando a seletividade das estratégias locais das atividades comerciais e de serviços, formando novas áreas centrais no interior das cidades. Por fim, discutimos as relações hierárquicas e não hierárquicas a partir de Whitacker (2020, 2021). Além das relações tipicamente marcadas pela hierarquia entre áreas centrais, também podemos observar relações de concorrência, complementariedade e coocorrência.

CENTRALIZAÇÃO E ÁREA CENTRAL

A análise da organização espacial passa necessariamente pelos fatores econômicos, sociais, políticos e simbólicos, sem os quais não é possível compreender as dinâmicas socioespaciais. Entretanto, ressaltamos a necessidade da compreensão temporal para o estudo da estruturação da cidade. Através do tempo podemos apreender os processos que culminaram nas formas, passíveis de apreensão na paisagem urbana. Esta é a posição teórica e metodológica que adotamos, ou seja, buscamos superar a mera descrição das formas espaciais. Nas palavras de Abreu (1981, p. 578) “Só a partir da análise do processo que lhe deu forma e conteúdo é que o estudo da estruturação do espaço urbano se completa; de outra forma, é quase certo, tal estudo se resumiria apenas na descrição de padrões espaciais”.

As categorias processo, estrutura, função e forma, sinteticamente apreendidas como processo - forma, recebem o acréscimo da simbologia na contribuição de Corrêa (2009, 2011). Os avanços teóricos iniciados por Milton Santos são a base para uma compreensão da cidade que não se restringe à mera descrição das formas ou, como preferem Whitacker e Miyazaki (2012, p. 313), “[...] na descrição geométrica, ou seja, da aparência da forma, ou topológica, isto é, da relação de umas formas frente a outras”.

Neste sentido o conceito de morfologia urbana busca superar esta perspectiva reducionista baseada exclusivamente na descrição da forma. Por tanto, busca incluir os

processos que deram origem as formas existentes, mas, por outro lado, também evidencia a importância das formas como suporte e condicionante dos processos. Sobre a morfologia urbana e os estudos geográficos Whitacker e Miyazaki (2021, p. 313) destacam que “devemos compreender que das formas se podem inferir processos, ou ainda, que dos processos se torna possível identificar formas, como escrevemos alhures, já que estas não possuem autonomia”.

O processo de centralização e a constituição da área central ganha uma nova dimensão quando tomamos como referência as ideias de Santos (2002, p. 103), pois o espaço, compreendido como as formas mais a vida que as anima, revela a indissociável relação entre ambas as partes desta relação. Corrêa (2002) também destacou as categorias processo e forma em seu estudo sobre o espaço urbano, elencando seis processos e formas espaciais dos quais destacamos neste texto a centralização e a área central e a descentralização e os núcleos secundários¹.

A área central da cidade ou simplesmente o centro da cidade se arranja enquanto um ponto de integração geográfica e social (SPOSITO, 2010, p. 201), perceptível através dos fluxos (de pessoas, mercadorias, informações e etc.) permitido pelos fixos localizados nesta área. Os fluxos que partem ou convergem para o centro da cidade podem conectar diferentes escalas geográficas, desde as mais restritas ao espaço intraurbano ou aquelas que conformam redes de cidades, como demonstra Sposito (1998). Elencamos alguns fatores que condicionam a ocorrência de áreas centrais, a partir dos quais formulamos o quadro abaixo (Quadro 1).

Quadro 1 – Fatores de ocorrência de áreas centrais

Fatores de ocorrência de Áreas Centrais

- I – Mudanças nos papéis das cidades de uma mesma rede (divisão territorial do trabalho);
 - II – Ritmo de crescimento demográfico e econômico da cidade;
 - III – Formas de expansão dos tecidos urbanos relacionando-os ao sítio;
 - IV – Instalação de novas infraestruturas de transporte e novas formas de circulação;
 - V – Ampliação dos gradientes de preços fundiários e imobiliários;
 - VI – Investimentos privados e públicos;
 - VII – Dinâmicas de diferenciação socioespacial.
-

Fonte: Sposito (2001); Organização: Autor(a).

¹ Na segunda sessão deste texto adotamos a expressão “novas áreas centrais” em substituição a ideia de “núcleos secundários”. Tomamos esta posição para destacar relações entre áreas centrais que não estão baseadas na hierarquia entre elas, como será apresentado na sessão terceira.

Maia (2017a, 2017b, 2017c) nos apresenta um importante panorama da constituição da centralidade urbana e da área central de cidades médias brasileiras, destacando o papel das transformações técnicas para o fluxo interurbano e intraurbano. As cidades médias analisadas pela autora derivam da formação das chamadas cidades bocas de sertão, que na sua origem, de modo geral, constituíram-se como núcleos de povoamento a partir dos caminhos indígenas, de tropeiros, de viajantes e de tropas de gado, ou também através dos rios (MAIA, 2017b). Este núcleo original era um local de parada, no qual os viajantes ou comerciantes permaneciam por alguns dias. Neste interim as tropas eram abastecidas e descansavam ou, no caso dos comerciantes, a venda de animais e de gêneros agrícolas se efetuava por meio das feiras. Dessa forma, paulatinamente constitui-se o que a autora denomina como Núcleo Primaz.

A este “embrião” da cidade, ou à primeira conformação de um arruamento com edificações, estabelecimento de regras sociais e uma administração, ainda que fosse feita por um pároco, denominamos Núcleo Primaz (MAIA, 2017b, p. 29).

O núcleo primaz das cidades bocas de sertão passou por grandes transformações a partir da construção do sistema ferroviário no Brasil. Em cidades da Europa e dos EUA essas mudanças já vinham acontecendo desde o início do século XIX, principalmente atreladas ao ideário de progresso e modernização do território. No entanto, esta inovação técnica ganhou impulso no país apenas no final do século XIX e início do século XX, ajudando a formar um sistema urbano ainda pouco integrado. O objetivo principal desses empreendimentos era conectar a produção agrícola dessas cidades aos portos e, ao mesmo tempo, abastecer essas localidades interioranas com produtos e serviços que não eram produzidos por elas. Formaram-se assim as chamadas cidades pontas de trilhos ou cidades ferroviárias.

Ao instalar-se numa dada localidade a ferrovia empunhem mudanças na morfologia urbana, como, por exemplo, na formação de obstáculo que dificulta a expansão urbana. Por outro lado, será um atrativo para instalações industriais e armazéns, em geral localizados ao longo dos trilhos. Já a plataforma de embarque será um ponto de conexão e, por tanto, de intenso fluxo de pessoas e mercadorias. Destacamos que a intensidade das alterações se deu de forma diferente em cada cidade, de acordo com as suas características e da formação socioespacial na qual estão inseridas. Entretanto, como elemento comum podemos citar o “redirecionamento do crescimento da cidade, abertura de novas ruas, construções de novos bairros e, ainda,

reconfiguração do Núcleo Primaz que dá origem à conformação de uma Área Central – o Centro” (MAIA, 2017a, p. 141).

Com esta descrição apresentamos de maneira sucinta o importante papel desempenha pelas ferrovias, contribuindo, inclusive, para formação do centro da cidade. Mesmo que de maneira não aprofundada, Maia (2017a) também elenca um terceiro momento de mudança na morfologia urbana das chamadas cidades bocas de sertão e que advêm de transformação técnicas. A substituição da ferrovia pelo sistema rodoviário também impõe mudanças nessas cidades, principalmente a partir dos anos 1950-1960.

Observa-se que o antigo traçado dos caminhos deu origem às rodovias que passaram a influenciar ou mesmo a alterar o traçado das cidades estudadas. Além disso, com a desativação do transporte ferroviário no Brasil, ou sua transformação em transporte esporádico de cargas e/ou para a periferia urbana, as áreas que margeiam as ferrovias das cidades foram ocupadas de forma mais densa por habitações precárias (MAIA, 2017a, p. 140).

A partir da ferrovia, mas também posteriormente com o advento da rodovia como modal predominante, tem início de forma mais intensa processos de diferenciação socioespacial. Essa dinâmica foi destaca por Sposito (2001) como fator de ocorrência de áreas centrais e compõem o item VII – Dinâmicas de diferenciação socioespacial (Quadro 1). A importância de elementos como hidrovias, ferrovias e rodovias como impulsionadores do processo de diferenciação socioespacial também é destaque por Whitacker (2017b) e se justifica pela possibilidade de conectar as cidades a redes mais amplas.

A acessibilidade como característica do centro da cidade fica evidente a partir do que expomos até aqui. Na medida em que no centro localizam-se fixos que possibilitam fluxos que partem da área central ou que se destinam a ela, podemos afirmar que há elementos que garantem externalidades positivas e ganhos com economias de aglomeração. Villaça (2001) apresenta a cooperação como princípio fundamental da ocorrência do centro da cidade, o que significa economia de energia e diminuição do desgaste físico e mental no processo de trabalho.

O centro surge a partir da necessidade de afastamentos indesejados, mas obrigatórios. Ele, como todas as “localizações” da aglomeração, surge em função de uma disputa: a disputa pelo controle (não necessariamente minimização) do tempo e energia gastos nos deslocamentos humanos (VILLAÇA, 2001, p. 239).

Destacamos que o processo de centralização e a constituição de áreas centrais ou, dito de outra forma, centro e centralidade intraurbana, são indissociáveis. Revisando a bibliografia especializada encontramos definições pertinentes sobre os conceitos de centro e centralidade, compreendidos como pares que se complementam. No entanto, não podemos confundir os conceitos, tomando-os como sinónimos, pois não o são. Adotamos como referência Sposito (2013).

A centralidade, para mim, não é um lugar ou uma área da cidade, mas, sim, a condição e expressão de central que uma área pode exercer ou representar. Segundo essa perspectiva, então, a centralidade não é, propriamente, concreta [...] não se pode percorrê-la ou mesmo vê-la, embora possa ser sentida, percebida, representada socialmente, componha nossa memória urbana e seja parte de nosso imaginário social sobre a vida urbana.

As múltiplas “áreas centrais” da cidade, compreendidas como aquelas em que se concentram atividades comerciais e de serviços, podem ao contrário, ser empiricamente apreendidas, de modo muito mais direto [...] As áreas centrais são, assim, espaços que ancoram a constituição de centralidade, mas não são a mesma coisa que elas (SPOSITO, 2013, p. 73).

De acordo com Barata-Salgueiro (2013, p. 17-18) o centro pode ser apreendido através de três dimensões analíticas, sendo: a geométrica, a funcional e a simbólica. Porém, a interrelação entre ambas não pode ser descartada. A dimensão geométrica está relacionada historicamente ao fator distância, como aquela que deve ser percorrida para chegar à área central. No entanto, com a maior fluidez contemporânea, a mera distância perde importância, pelo menos em termos relativos. A capacidade de ter acesso ao centro da cidade, devido a maior conectividade, ganha destaque, nas palavras da autora “A centralidade torna-se cada vez mais dependente da conectividade, da existência de ligações, do tempo de deslocamento, do seu custo relativo”. As atividades que estão localizadas no centro dão um caráter funcional a esta área, pois elas atraem pessoas e mercadorias, em busca da satisfação de suas necessidades de trabalho, lazer, consumo e serviços. O centro entendido como uma forma espacial é dotado de um conteúdo a partir das atividades que se realizam no e pela área central. O centro também ganha uma determinada representação por parte dos diferentes grupos sociais. “A centralidade simbólica está essencialmente ligada às ideias de prestígio e de poder que explica a marcação física desse espaço pelo poder, ao longo dos tempos, e a atração que transforma os centros em lugares de reunião de pessoas”.

DESCENTRALIZAÇÃO E NOVAS ÁREAS CENTRAIS

O processo de descentralização e formação de novas áreas centrais no interior das cidades pode ser atribuído à superação das chamadas deseconomias de aglomeração, geradas pela excessiva concentração do centro principal, nas palavras de Corrêa (2002, p. 47) “A descentralização torna-se meio de se manter uma taxa de lucro que a exclusiva localização central não mais é capaz de fornecer”. Souza (2003) atribui ao crescimento da cidade e a combinação de densidade demográfica, distância em relação ao centro principal e a renda da população como fatos que contribuem para ocorrência do processo de descentralização. Barata-Salgueiro (1997, p. 189) contribui ao debate acrescentando que “Com o aumento da extensão das áreas urbanas e as novas condições de acessibilidade, com a sobreposição de lógicas supralocais às locais, o aumento da diversidade das famílias, das empresas e dos produtos rompe-se esta continuidade” do centro principal.

Sposito (2001) também apresenta fatores que condicionam a descentralização, corroborando para a constituição de uma centralidade que pode ser caracterizada como múltipla e complexa. Os fatores descritos pela autora estão apresentados abaixo (Quadro 2). É importante destacar que os fatores elencados por Corrêa (2002), Souza (2003) e Barata Salgueiro (1997) não excluem aqueles atribuídos por Sposito (2001). A maneira pela qual estes elementos entram em correlação e a relevância que cada um deles possui é algo que deve ser buscado por meio de investigações nas distintas realidades empíricas. Os agentes produtores do espaço urbano responsáveis pelo processo de descentralização, o impacto causado na estruturação da cidade e no cotidiano dos diferentes cidadãos pode variar substancialmente, mesmo quando analisamos o estrato da rede urbana referente as cidades médias.

Quadro 2 – Fatores de ocorrência de novas áreas centrais

Fatores de ocorrência de novas áreas centrais

- I – Entrada nessas cidades de capitais comerciais de grande porte, com novas lógicas locacionais;
- II – Aumento dos interesses dos capitais imobiliários na construção de novos equipamentos comerciais e de serviços, de forma associada ou não a esses capitais comerciais;
- III – Acelerada expansão territorial urbana, gerando tecidos descontínuos e fragmentados;
- IV – Ampliação da diferenciação socioespacial, refletindo-se, muitas vezes em exclusão socioespacial;
- V – Melhorias das formas de transportes, com destaque para o aumento do uso do transporte individual.

Fonte: Sposito (2001); Organização: Autor(a).

O advento de novas áreas centrais nas cidades médias pode ser considerado como uma das mais importantes transformações por que passaram essas cidades, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Gostaríamos de acentuar duas dinâmicas, com implicações econômicas e territoriais e que nos ajudam a compreender esse processo de redefinição da centralidade intraurbana, sendo elas a descentralização e recentralização territorial das atividades comerciais e de serviços. De acordo com Sposito (2001), o processo de descentralização não se dá de maneira aleatória no tecido urbano, ou seja, com a simples distribuição anárquica das atividades comerciais e de serviços. Por tanto, novas áreas concentradoras de atividades terciárias formam-se no interior das cidades, gerando novas concentrações.

Essas dinâmicas ocorrem através de iniciativas de duas ordens, que se dão simultaneamente: a de surgimento de novas atividades e estabelecimentos comerciais e de serviços fora do centro principal e a realocação, em novos centros, de atividades e estabelecimentos que antes estavam restritos ao centro principal (SPOSITO, 2001, p. 236).

Silva (2017a) ao analisar as características recentes do processo de urbanização e as formas espaciais decorrentes do processo de descentralização, elencou cinco formas espaciais que impactam a estruturação das cidades médias brasileiras, denominadas pelo autor como: I – Áreas de expansão do Centro Principal, II – Desdobramento do Centro Principal, III – Subcentros, IV – *Shopping centers* e V – Subcentros Regionais. Com este exemplo podemos perceber a variedade de formas espaciais que o processo de descentralização pode assumir, cada qual com conteúdo diferenciados e com expressões também distintas de acordo com a realidade empírica que está em análise. De acordo com Silva (2017a, p. 220) estas áreas tornam “complexa a estruturação das cidades, modificando os fluxos, ampliando as diferenças socioespaciais e colocando a questão da possível superação da condição básica de existência das cidades, a convivência entre as diferenças”.

Os *shopping centers* podem ser compreendidos como grandes empreendimentos que congregam um número expressivo de lojas de varejo e de serviços, podendo causar impactos significativos na estrutura das cidades, sobretudo nas cidades médias. Interesses fundiários e imobiliários perpassam a construção dessas plataformas comerciais e, de acordo com o porte da cidade e sua integração no sistema urbano, podem ter um alcance regional. Por tanto, o

intenso fluxo motivado pelos *shopping centers*, quando localizados fora do centro principal, expressam a constituição de novas áreas centrais.

A implicação espacial da descentralização constitui um dos principais impactos que os *shopping centers* provocam na estruturação das cidades, pois eles reorientam os fluxos cotidianos e produzem “amenidades” que passam a expressar novas centralidades, o que reverte, proporcionalmente, na valorização da terra urbana e na concentração espacial da população (SILVAa, 2017, p. 210).

Silva (2017b) produziu um esforço de síntese para diferenciar o impacto dos *shopping centers* nas cidades médias brasileiras, diferenciando-as entre cidades médias tradicionais e cidades médias de padrão complexo. Como ponto em comum das cidades de ambas as nomenclaturas temos o papel de capital regional que elas desempenham, dado principalmente pela posição geográfica que ocupam. No entanto, nas cidades de primeiro tipo, apesar da possível existência de *shopping centers*, estes não superam a centralidade exercida pelo centro principal. Realidade diferente daquelas que fazem parte do segundo grupo, nas quais essas novas plataformas comerciais e de serviços rivalizam com os centros principais das respectivas cidades.

O processo de descentralização das atividades comerciais e de serviços pode alterar a estruturação das cidades, redefinindo o que é central e periférico. A estruturação urbana, a qual fizemos referência, está fortemente associada à ideia de sistema, formado por partes que só são compreendidas na medida em que entram em relação e interagem com o todo. Nesse sentido, compreendemos que as novas áreas centrais, mais do que a justaposição de novas formas espaciais, devem ser compreendidas na suas relações com as demais áreas da cidade e com a totalidade que se forma. Nesse sentido, Sposito e Sposito (2012), Mattos (2013) e Sposito (2018) preferem a adoção do termo reestruturação para expressar o caráter processual do conceito, destacando também a necessidade de observar as “relações combinadas e conflituosas com as permanências” (SPOSITO, 2018, p. 193), formando o que Sposito e Góes (2013) denominam como um mosaico complexo.

A reestruturação da cidade² diz respeito aos espaços urbanos e pode ser apreendida pela redefinição dos diferentes usos do solo urbano, ou seja, na mudança da divisão social e econômica do espaço (CORRÊA, 2007). Porém, mais importante do que uma nova distribuição geométrica das formas espaciais nos espaços intraurbanos, devemos trazer à tona as interações espaciais que se estabelecem entre essas áreas, demonstrando as funções diferenciadas destas áreas. Whitacker (2017a) ao tratar da estruturação urbana de cidades médias diferencia a expressão periferia em duas: periferia geométrica e periferia social. Esta diferença representa as mudanças pelas quais estas cidades vêm passando nos últimos anos, tendo o processo de descentralização como um dos condicionantes. No atual estágio do processo de urbanização não há mais uma associação direta e exclusiva entre os limites da cidade (periferia geométrica) e os estratos de renda mais baixa da sociedade (periferia social) nas cidades médias brasileiras. Portanto, as categorias centro e periferia não devem ser pensadas como dicotômicas, mas como espaços de interpenetração (SPOSITO, 2010).

Whitacker (2007) contribui para o entendimento da reestruturação da cidade e da redefinição da centralidade intraurbana em cidades médias, elencando diferentes expressões que a centralidade poderá assumir. Estas expressões de centralidade não são mutuamente excludentes, mas, articulam-se, apesar das diferenças. A centralidade pode ser adjetivada como múltipla, cambiante, complexa e polinucleada (WHITACKER, 2007; SPOSITO, 2001) como podemos perceber no quadro abaixo (Quadro 3). Estes elementos nos revelam uma estrutura urbana qualitativamente diferente e mais complexa, quando as colocamos em comparação com cidades que permanecem com uma única área central, ou seja, cidades **monocêntricas**.

Quadro 3 – Diferentes expressões da centralidade urbana³

Diferentes expressões da centralidade urbana

Centralidade múltipla: Diversificação no número de áreas centrais

Centralidade complexa: Aumento do alcance espacial das áreas centrais, conectando-as à escala interurbana (rede de cidades)

Centralidade cambiante: Alterações perceptíveis através do tempo, seja na curta ou longa duração

² Sposito (2018) diferencia reestruturação da cidade de reestrutura urbana. Para a autora “o tratamento da reestruturação urbana requer sempre a escala supraurbana, da regional à internacional, enquanto o enfoque da reestruturação da cidade tem como objetivo a escala local, mas sempre nas relações com as demais” (SPOSITO, 2018, p. 195).

³ Adotamos a expressão “centralidade urbana” ao invés de “centralidade intraurbana”, pois a expressão da centralidade enquanto complexa denota a relação com escalas mais amplas (redes de cidades), ou seja, sobressai aos espaços intraurbanos.

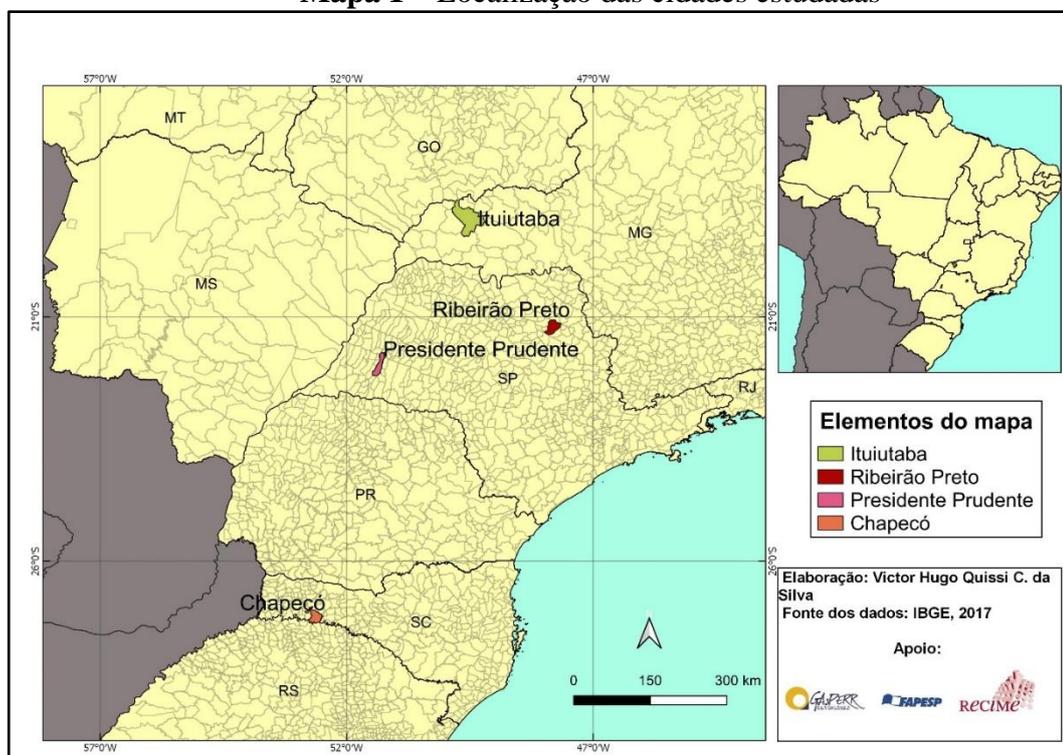
Centralidade polinucleada: Formação de uma centralidade qualitativamente diferente, não apenas do ponto de vista funcional, mas também socioespacial

Fonte: Whitacker (2007) e Sposito (2001); Organização: Autor.

A descentralização impõe o rompimento da monocentralidade e a construção de uma estrutura multicêntrica e/ou policêntrica. Sposito (2010, p. 205) afirma que “Em outros termos se constatamos a existência de mais de um centro, temos uma multicentralidade. Se constatamos diferentes níveis de especialização e importância entre esses centros, estamos em face de uma centralidade polinucleada”. A centralidade como entroncamento de diferentes fluxos de pessoas e mercadorias, em diferentes escalas, anuncia-se como multinucleada. Ao expressar diferentes tempos sociais e diferentes espaços sociais, a centralidade é polinucleada (SPOSITO, 2010).

A centralidade urbana se expressa de diferentemente em cada cidade e decorrer ou induz diferentes processos e formas espaciais. Neste texto apresentamos os resultados de pesquisa realizada a partir do estudo das seguintes cidades: Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Chapecó e Ituiutaba. Estas cidades estão localizadas no Mapa 1 e compõem o extrato da rede urbana denominado como cidades médias, ainda que guardem particularidades.

Mapa 1 – Localização das cidades estudadas



Fonte: IBGE; Elaboração: Autor

Para a realizar a pesquisa construímos um banco de dados das atividades comerciais e de serviços nas referidas cidades, por meio do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Os resultados obtidos se mostraram satisfatórios, considerando o êxito no processo de classificação dos dados fornecidos pelo CNEFE a partir da CNAE.

Tabela 1 – Total de endereços CNEFE: classificados, não classificados e o percentual de classificação obtido.

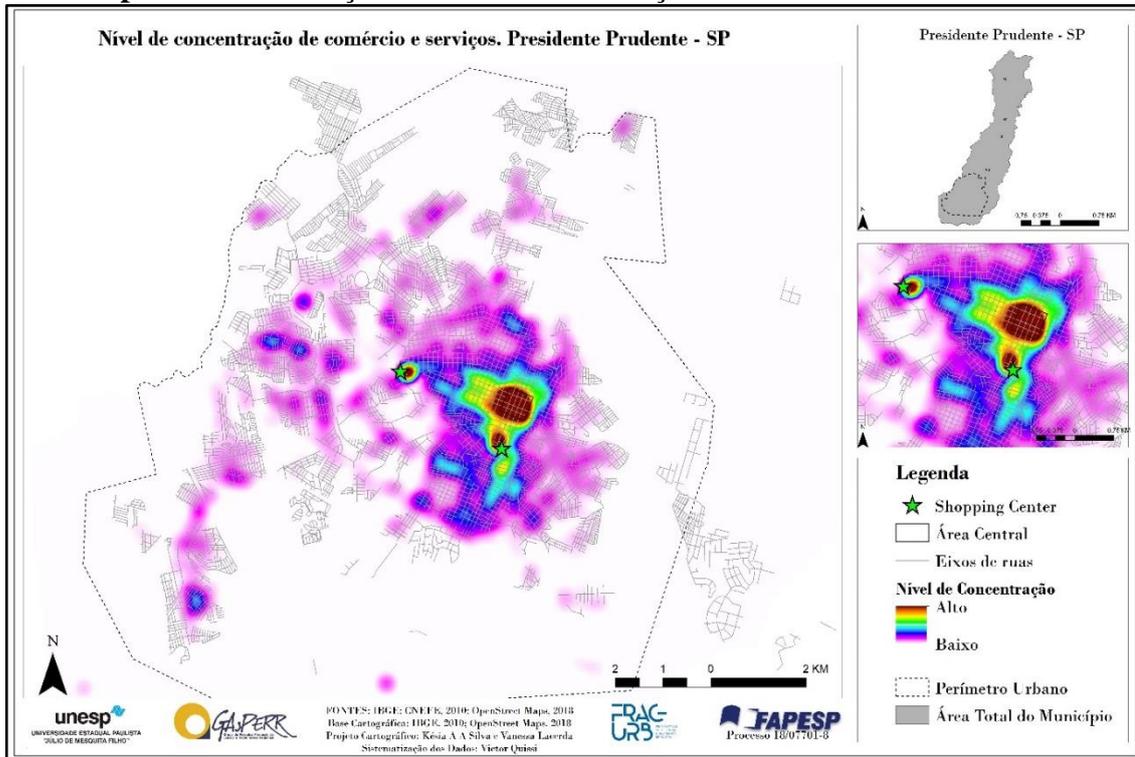
Cidades	Total de endereços CNEFE	Total de endereços CNEFE classificados	Total de endereços CNEFE não classificados	% de classificação
Presidente Prudente	10.542	9.062	1.480	86%
Ribeirão Preto	34.161	31.388	2.277	92%
Chapecó	8.900	7.835	1.065	88%
Ituiutaba	5.155	4.273	882	83%
Total geral	58.758	52.558	5.704	89%

Organização: Autor.

O banco de dados desenvolvido a partir do CNEFE/CNAE foi importante para a elaboração das representações cartográficas apresentadas a seguir. Identificamos diferentes níveis de concentração de atividades comerciais e de serviços nas cidades estudadas, refletindo os diferentes usos do solo urbano e padrões de localização destas atividades. Podemos observar significativa mudança na complexidade nos padrões locacionais quando comparamos os resultados alcançados.

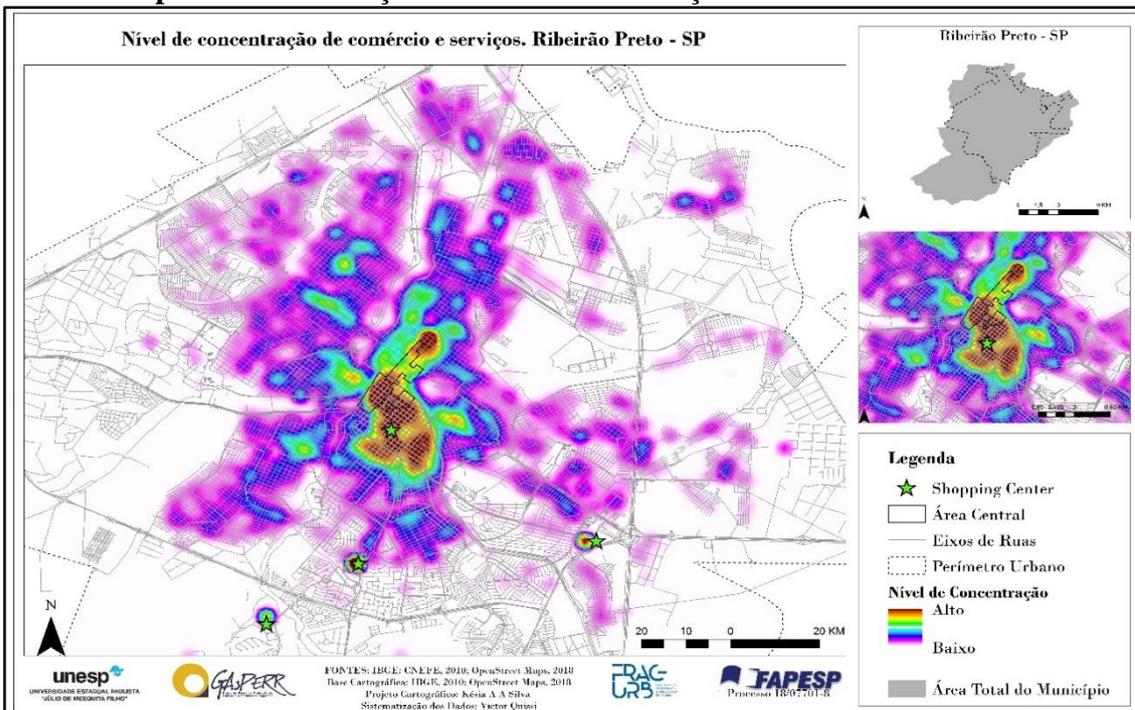
Destacamos o elevado nível de concentração das atividades comerciais e de serviços no centro principal das cidades estudadas, revelando-se como importante área na conformação da centralidade urbana. Ademais do centro principal, ponto de aproximação das quatro cidades, devemos observar também as novas concentrações no interior das cidades. Nem todas elas apresentaram áreas de concentração com o mesmo nível do centro principal, sobretudo no caso de Ituiutaba, cidade que praticamente não apresenta outras áreas com níveis significativos dessas atividades econômicas.

Mapa 2 – Concentração comercial e de serviços em Presidente Prudente – SP



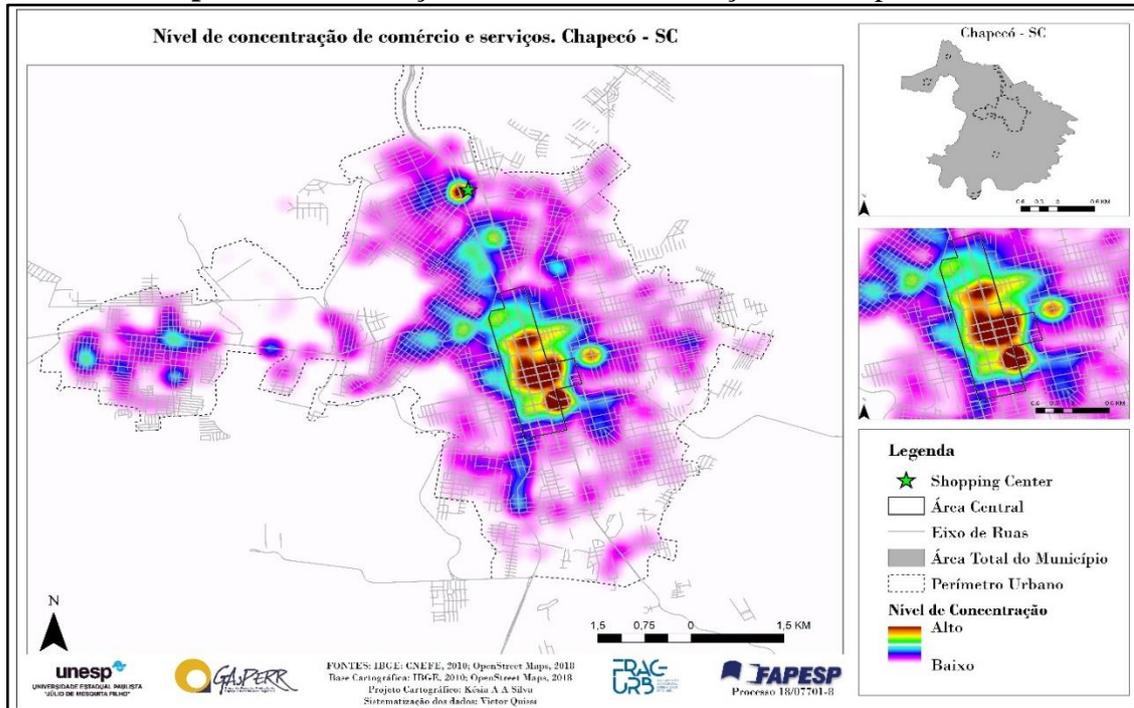
Fonte: IBGE/CNEFE, 2010. Projeto cartográfico: Vanessa Lacerda e Késia Anastácio. Organização dos dados: Autor.

Mapa 3 – Concentração comercial e de serviços em Ribeirão Preto – SP



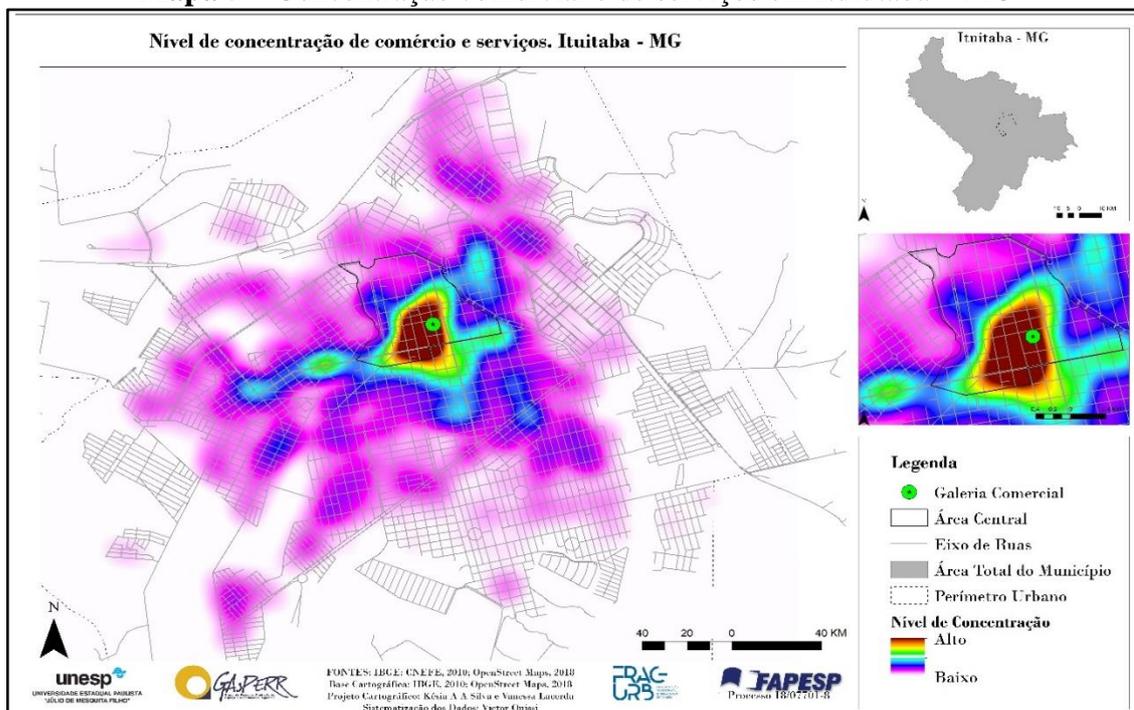
Fonte: IBGE/CNEFE, 2010. Projeto cartográfico: Vanessa Lacerda e Késia Anastácio. Organização dos dados: Autor.

Mapa 4 – Concentração comercial e de serviços em Chapecó – SC



Fonte: IBGE/CNEFE, 2010. Projeto cartográfico: Vanessa Lacerda e Késia Anastácio. Organização dos dados: Autor.

Mapa 5 – Concentração comercial e de serviços em Ituiutaba – MG



Fonte: IBGE/CNEFE, 2010. Projeto cartográfico: Vanessa Lacerda e Késia Anastácio. Organização dos dados: Autor.

A partir da análise dos mapas fica evidente a importância dos *shopping centers* na formação de novas áreas centrais, dado que estas plataformas foram as únicas que alcançaram o mesmo nível de concentração de atividades comerciais e de serviços que o centro principal. Nas cidades Presidente Prudente, Ribeirão Preto e Chapecó, ou seja, nos casos em que há a presença de *shopping centers* as transformações na estrutura urbana tendem a ser mais profundas. Estes resultados corroboram com a discussão empreendida por Silva (2017b) ao observar a formação de cidades médias de padrão complexo.

Os *shopping centers* podem desempenhar um papel duplo ao se instalarem nas cidades, pois ao mesmo tempo em que existe a preferência por localizações mais distantes do centro principal, principalmente em grandes eixos de circulação de veículos, também há a presença dessas plataformas no centro principal, reforçando a centralidade desta área. Podemos tomar como exemplo o caso de Ribeirão Preto, cidade que abriga quatro *shopping centers*, sendo um deles instalado no centro principal. Em Chapecó o único *shopping centers* localiza-se ao norte da cidade, formando um eixo comercial e de serviços do centro em direção a ele. No caso de Presidente Prudente os dois *shopping centers* estão localizados fora do centro principal, ainda que possam desempenhar papéis diferentes em função das relações que estabelecem com os demais áreas centrais da cidade.

Para compreender a centralidade urbana cabe ressaltar as relações estabelecidas entre as áreas centrais da cidade, além de relações hierárquicas entre as áreas centrais de uma cidade ou aglomerado urbano também podemos observar relações não hierárquicas, expressas pela concorrência, complementariedade e coocorrência. Para a análise dessas relações é importante compreender “as lógicas organizacionais e locacionais das empresas e as práticas espaciais de consumo dos cidadãos” (WHITACKER, 2020, p. 320). No quadro abaixo (Quadro 4) apresentamos as relações hierárquicas e não hierárquicas propostas por Whitacker (2020; 2021).

Quadro 5 – Relações hierárquicas e não hierárquicas entre as áreas centrais da cidade

Relações hierárquicas e não hierárquicas entre as áreas centrais da cidade

Hierarquia: As áreas centrais podem estar marcadas por relações hierárquicas, seja pela concentração absoluta de estabelecimentos e diversidade de atividades, pelo alcance espacial, pela centralização de atividades ou pela raridade de um outro bem ou serviço;

Concorrência: Áreas centrais na cidade podem concorrer com o centro principal, seja pela quantidade de estabelecimentos comerciais e de serviços, pelo alcance espacial, pela

frequência e uso destes espaços por cidadãos, pelas interações espaciais das empresas em múltiplas escalas, pela densidade informacional e pelos diferentes perfis e níveis de renda dos consumidores;

Complementariedade: Ocorre quando as lógicas das empresas ou as práticas espaciais dos cidadãos, para se realizarem, implicam em um conjunto de áreas centrais, formando redes. Se estabelecem pelas interligações dadas pelas infraestruturas (vias), pelos deslocamentos materiais (pessoas, veículos e mercadorias) e pelos deslocamentos imateriais (informática e telemática) tanto pelas empresas quanto pelos cidadãos;

Coocorrência: Ocorrência de áreas centrais de espaços fortemente marcados por clivagem e com circuitos, fixos e fluxos que pouco se justapõem. Constituição de áreas centrais com forte homogeneidade interna do ponto de vista social e econômico e, em muitos casos, que não estabelecem relações hierárquicas entre si e mantém poucas interações espaciais com sua circunvizinhança. Relacionados com o processo de fragmentação socioespacial.

Fonte: Whitacker (2020; 2021); Organização: Autor.

É importante destacar que as relações hierárquicas e não hierárquicas podem existir em conjunto, ou seja, não se anulam necessariamente. Isto ocorre devido às permanências de processos e formas espaciais, que se relacionam com transformações. É importante destacar que diferentes metodologias podem chegar a resultados diferentes, considerando cada uma delas com potencialidades e limitações em relação à compreensão da realidade. Dito isto, ressaltamos a importância de continuar o debate e o desenvolvimento de pesquisas que busquem desvendar as múltiplas faces do complexo processo de urbanização e das expressões da centralidade urbana.

Nas cidades analisadas neste texto e a partir dos resultados obtidos podemos levantar algumas hipóteses e questionamentos. Cidades médias de padrão complexo tendem a desenvolver relações não hierárquicas entre áreas centrais, expressas nas formas de concorrência, complementariedade e coocorrência. Tais relações poderão ser empiricamente comprovadas através de pesquisas que correlacionem as lógicas de localização de empresas e as práticas espaciais de cidadãos. Esta posição teórica-metodológica implica em observar diferentes escalas de um mesmo processo, contribuindo para superar o que Souza (2007) denominou de visão apenas de sobrevoo.

CONCLUSÕES

As cidades médias brasileiras passam por transformações que indicam a reestruturação da cidade e a redefinição do padrão centro-periferia. A divisão social e econômica do espaço e, principalmente, as interações estabelecidas entre estas áreas fazem dos estudos sobre centro e

centralidade urbana importantes instrumentos para a compreensão dos atuais processos de urbanização. O centro da cidade que outrora podia ser considerado como única área concentradora de atividades terciárias perdeu esta exclusividade que o caracterizava. A ideia de periferia urbana enquanto local de moradia da população com menor poder aquisitivo e, concomitantemente, área marcada pela escassez e precariedade de condições de habitação, consumo e etc., também não retrata inteiramente as cidades médias marcadas pela descentralização e complexificação de estruturas urbanas.

Podemos concluir da análise dos resultados obtidos o importante papel desempenhado pelos *shopping centers* nas cidades médias de Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Chapecó e Ituiutaba. Estas grandes plataformas comerciais e de serviços contribuem para formação de novas áreas centrais, podendo estabelecer relações com o centro principal que superam a hierarquia entre áreas.

Processos de diferenciação socioespacial aprofundam diferenças e desigualdades características da urbanização capitalista, mas que ganham novos conteúdos no momento atual. As relações que se estabelecem entre as áreas centrais da cidade, marcadas pelas lógicas locais de empresas e pelas práticas espaciais de cidadãos podem contribuir para revelar os processos recentes de estruturação urbana. Além da relação de hierarquia, outras relações ganham relevância nas cidades médias, tais como as relações de concorrência, complementariedade e coocorrência.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. Contribuição ao estudo do papel do Estado na evolução da estrutura urbana. **Rev. Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: 577-583, out./dez. 1981.

BARATA-SALGUEIRO, T. Do centro às centralidades múltiplas. In: Fernandes, J. A. R.; Sposito, M. E. B. (Org.) **A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras**. Universidade do Porto – CEGOT, 2013.

_____. Lisboa, metrópole policêntrica e fragmentada. **Rev. Finisterra**, XXXII, 63, p. 179-190, 1997.

CORRÊA, R. L. Diferenciação sócio-espacial, escalas e práticas espaciais. **CIDADES**, v. 4, n. 6, 2007, p. 62-72.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2002.

_____. Organização do espaço: dimensão, processo, forma e significados. **Rev. GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 36, Número Especial, p. 7-16, jan. 2011.

_____. Processo, forma e significado: uma breve consideração. **Rev. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2009.

MAIA, D. S. A constituição do centro das cidades Bocas de Sertão: do processo de centralização e de constituição da Área Central. In: Maia, D. S.; Silva, W. R.; Whitacker, A. M. **Centro e centralidade em cidades médias**. – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017a.

_____. Cidades Bocas de Sertão: sobre a origem e constituição do Núcleo Primaz e os primeiros indícios do processo de urbanização. In: Maia, D. S.; Silva, W. R.; Whitacker, A. M. **Centro e centralidade em cidades médias**. – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017b.

_____. De cidade Boca de Sertão a cidade Ponta de Trilho ou cidade ferroviária: a implementação da ferrovia e a reconfiguração do Núcleo Primaz. In: Maia, D. S.; Silva, W. R.; Whitacker, A. M. **Centro e centralidade em cidades médias**. – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017c.

MATTOS, C. de. Reestructuración económica y metamorfosis urbana en América Latina: de la ciudad a la región urbana. In: Noyola, J.; Mattos, C. de.; Orellana, A. (Org.) **Urbanización en tiempos de crisis: impactos, desafíos y propuestas**. Santiago: Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales, 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SILVA, W. R. Centralidade, *shopping centers* e reestruturação das cidades médias. In: Maia, D. S.; Silva, W. R.; Whitacker, A. M. **Centro e centralidade em cidades médias**. – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017a.

_____. *Shopping centers* e redefinição da centralidade em cidades médias brasileiras. In: Maia, D. S.; Silva, W. R.; Whitacker, A. M. **Centro e centralidade em cidades médias**. – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017b.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevoo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. **CIDADES**, Presidente Prudente, v.4, n.6, p. 101-114, 2007.

SPOSITO, M. E. B.; SPOSITO, E. S. Reestruturação econômica, reestruturação urbana e cidades médias. In: **XII Seminário Internacional BII**, 2012, Belo Horizonte. Trabalhos. Belo Horizonte: UFMG, 2012. v. 1, p. 1-17.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Ed. UNESP, 2013.

SPOSITO, M. E. B. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Rev. TERRITÓRIO**, ano III, n. 4, jan./jun. 1998.

_____. Multi(poli)centralidade urbana. In: SPOSITO, E. S.; NETO, J. S. L. (Org.). **Uma geografia em movimento**. – 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: Sposito, M. E. B. (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, 2001, v. 1, p. 235-254.

_____. Reestruturação econômica, urbana e da cidade: os papéis intermediários de cidades médias em múltiplas escalas. In: Lan, D.; Adriani, L.; Sposito, E. S. **Reestructuración productiva e industria, en ciudades intermedias de Argentina y Brasil**. – 1 ed. – Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2018.

_____. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: Vasconcelos, P. A.; Corrêa, R. L.; Pintauidi, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea. Segregação espacial**. – São Paulo: Contexto, 2013.

WHITACKER, A. M.; MIYAZAKI, V. K. O estudo das formas da cidade no âmbito da Geografia Urbana. Apontamentos metodológicos. **GOT Geografia e Ordenamento do Território. Geography and Spatial Planning Journal**. Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território. Lisboa/ Porto: 2012.

WHITACKER, A. M. Centro consolidado, centro principal e complexificação das estruturas em cidades médias brasileiras. In: Bellet, C.; Martinelli, M. J. C.; Sposito, E. S. **Entre escalas, processos e formas: produção e consumo nas cidades ibero-americanas. Lleida/Dourados**. Universitat de Lleid/UFGD, 2021 [no prelo]

_____. Centro da cidade, centralidade intra-urbana e cidades médias. In: Maia, D. S.; Silva, W. R.; Whitacker, A. M. **Centro e centralidade em cidades médias**. - 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017a.

_____. Centro da cidade: consolidação e expansão. In: Maia, D. S.; Silva, W. R.; Whitacker, A. M. **Centro e centralidade em cidades médias**. - 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017b.

_____. Hierarquia, concorrência, complementaridade e coocorrência de centros na cidade. Uma revisão do modelo de Brian Berry a partir da análise de seis cidades médias brasileiras. In: Cachinho, H.; BARATA-SALGUEIRO, T.; GUIMARÃES, P. (Org.) **Comércio, Consumo e Governança urbana**. 1 ed. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 2020, v. 1, p. 320-331.

_____. Inovações tecnológicas, mudanças nos padrões locacionais e na configuração da centralidade em cidades médias. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2007, vol. XI, núm. 245 (24-43).

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil** – São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institut, 2001.